

HISTORICIDADE E HERMENÊUTICA, CONDIÇÕES PARA O DIÁLOGO ENTRE A CIÊNCIA E A ÉTICA

Castor M.M. Bartolomé Ruiz*

SÍNTESE – Na modernidade, ciência e ética raramente conviveram em harmonia. Sua relação conflitante sempre demarca tensões de poder entorno da validade discursiva. Estes conflitos remetem a uma disputa sobre os tipos de verdade de ambos discursos. A construção de qualquer consenso entre os discursos científico e ético se mantém sobre uma base instável de mútua desconfiança. Essa instabilidade implica, comumente, um confronto permanente entre as verdades e os critérios de ambos discursos. O conflito entre ciência e ética se dá, essencialmente, no campo da teoria da linguagem, ou seja, na análise do discurso. As pretensões de verdade e os efeitos de poder das verdades científicas e éticas, são correlativos ao reconhecimento da verdade de suas proposições e da validade do seu discurso. Para contribuir com alguns esclarecimentos neste debate entre ciência e ética, deveremos, pois, nos introduzir em alguns pontos da teoria da linguagem, ou seja, na historicidade e na hermenêutica.

PALAVRAS-CHAVE – Ética. Hermenêutica. Discurso. Historicidade.

ABSTRACT – In Modernity, science and ethics rarely lived together in harmony. Their relation was always in conflict with tensions about the value of the discourse. This conflict remit to a dispute about a kind of truth in both discourses. The construction of any consensus between the science and ethics discourses remains upon the ground of mutual distrustfulness. That instability normally implicates into a continuous confrontation between both truths and its criterion. The conflict between science and ethics happens, manly, in the field of a language theory, in discourses analysis. The pretensions truth and the power effects of the sciences and ethics truths they are relative to the recognition of the truth of their propositions and the validation of their discourses. To contribute with same enlightening to this debate between science and ethics, we have to introduce ourself in some points of the language theory: in historicity and hermeneutics.

KEY WORDS – Ethics. Hermeneutics. Discourse. Dialogue. Historicity.

A separação absoluta entre ciência e filosofia não pode ser ao mesmo tempo impossível do ponto de vista da ciência e necessária do ponto de vista da filosofia.¹

* Professor. Doutor. UNISINOS, São Leopoldo. E-mail: castor@net.unisinos.br.

¹ CASTORIADIS, Cornelius. Ciência moderna e interrogação filosófica. In: Id. *As encruzilhadas do labirinto I*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 163-164.

1 Dimensão conotativo-metafórica das proposições científicas

Na base de toda a concepção moderna do mundo está a crença de que as chamadas leis naturais sejam a explicação dos fenômenos naturais.

Assim, os modernos confiam nas leis naturais como algo inviolável, a mesma coisa que os antigos em Deus ou no destino.²

No conflito histórico da modernidade entre ciência e ética, haveria que desvendar algumas questões centrais como por exemplo: a ciência produz verdades naturais com absoluta objetividade ou suas verdades estão atravessadas por influências históricas? Ou seja, a ciência descobre dados naturalmente existentes ou inocula componentes hermenêuticos nas verdades que produz? Neste caso, podem ser julgados os critérios de verificabilidade empírica da verdade científica ou de utilidade prática da ciência por critérios externos à própria ciência?

A verdade científica costuma invalidar as verdades éticas porque estas não têm critérios de verificação. Conseqüentemente, a ética estaria desprovida do estatuto de verdade e seria um discurso edificante, importante para a vida das pessoas, porém sem poder próprio para propor verdades. Ou como diria Wittgenstein no *Tractatus*, são proposições em sentido. A ciência, diferentemente da ética, teria o privilégio de construir um tipo de verdade objetiva, com método de comprovação empírica, o que outorgaria, à verdade científica, um estatuto único de verdade que a ética não pode ter.

Um dos pensadores mais representativos dessa tendência foi Ludwig Wittgenstein, na primeira fase do seu pensamento, principalmente na sua obra *Tractatus Logico-philosophicus*. Wittgenstein, parte da convicção de que é possível construir uma relação denotativa entre a linguagem e a realidade. É possível construir imagens objetivas da realidade, podendo afirmar que “a representação do mundo é linguagem”. Para que esta asseveração seja correta, devemos expurgar a linguagem de toda e qualquer ambigüidade, isto é, temos de eliminar qualquer função conotativa da linguagem a fim de construir uma linguagem com signos e regras precisas que evitem qualquer tipo de equívoco. Para tal fim propõe a construção de uma linguagem formal com estrito caráter denotativo.

Do mesmo modo que aos fatos correspondem as proposições, aos objetos correspondem os nomes. Assim como os objetos não aparecem no mundo a não ser em seus nexos e por seus nexos, do mesmo modo os nomes ocupam seu lugar na linguagem na medida em que figuram em proposições: “Só a proposição tem sentido, só no contexto da proposição o nome tem significado.”³ Da mesma forma como a totalidade dos fatos constitui o mundo, assim a totalidade das proposições constitui a linguagem. As proposições complexas são passíveis de análise decompondo-as em proposições simples, de igual maneira como os fatos complexos são suscetíveis de análise decompondo-os em fatos elementares.

² WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus logico-philosophicus*, 6.372.

³ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus logico-philosophicus*, 3.3.

Já que uma proposição pode ser falsa, é necessário precisar a natureza da correspondência entre a linguagem e o mundo. A linguagem não contém só proposições verdadeiras, mas também falsas. Por isso não representa a realidade a modo de uma fotografia, senão que: "A imagem figura a realidade representando uma possibilidade da existência e da não existência dos fatos atômicos."⁴ Assim como as proposições verdadeiras, as falsas também desempenham uma função importante, contribuindo para indicar o que acontece na realidade ao evocar os estados de coisas possíveis que não estão realizados. Possíveis enquanto existem formulados pela linguagem.

Wittgenstein faz uma distinção entre sentido e valor da verdade de uma proposição. O sentido deve examinar-se independentemente da verdade da proposição. Uma proposição não pode ser verdadeira ou falsa se não está dotada de sentido. E uma proposição está dotada de sentido quando representa uma situação possível.

Para Wittgenstein uma proposição tem sentido quando existe uma correspondência entre a linguagem e uma realidade possível. Realidade possível não quer dizer que exista de fato, já que uma proposição falsa também tem sentido na medida em que é possível, porém não é verdadeira porque não existe como realidade empírica.⁵ Considera-se que uma linguagem está dotada de sentido quando se ajusta a uma realidade possível, caso contrário a linguagem não tem sentido. O sentido de uma proposição está, pois, em relação direta com o conteúdo possível dela. Por isso as contradições lógicas, que são proposições que não representam situações possíveis e que não podem construir uma imagem de um estado real das coisas, não podem ser consideradas com sentido.⁶ Elas estão, simplesmente, vazias de sentido, o que equivale a dizer que não têm conteúdo.⁷

I

O verdadeiro método da filosofia seria propriamente este: não dizer nada, senão daquilo que se pode dizer; ou seja, as proposições da ciência natural –algo pois que nada tem a ver com a filosofia-; e sempre que alguém quisesse dizer algo de caráter metafísico, demonstrar que não deu significado a certos signos em suas proposições. Este método deixaria descontes aos demais –pois teriam o sentimento de que estávamos lhes ensinando filosofia-, mas seria o único estritamente correto.⁸

A ciência constrói um modelo de verdade natural e, com base nesse tipo de verdade, o discurso científico desenvolve a pretensão de poder sobre a natureza. Uma verdade que, na maioria dos casos, se expressa numa forma de linguagem analítica a qual, por sua vez, tem a pretensão de construir proposições verdadeiras

⁴ Id., *ibid.*, 2.20.

⁵ *Ibid.*, 4.061.

⁶ *Ibid.*, 4.461.

⁷ *Ibid.*, 4.03.

⁸ *Ibid.*, 6.53.

porque objetivas⁹. A linguagem analítica se compreende como denotativa, isto é, com o poder de denotar o sentido natural e verdadeiro das coisas. Ela, supostamente, estaria isenta de qualquer dimensão conotativa ou metafórica, o que tornaria sua verdade não científica. Esta seria uma das diferenças fundamentais entre a ciência e a ética. A ética se encontraria submersa numa linguagem conotativa e por isso incapaz de demonstrar empiricamente a veracidade de suas proposições. Pelo contrário, a ciência seria o único saber que pode validar suas proposições pelos critérios de verificação.

A vinculação da linguagem denotativa com um sentido natural eximiria, supostamente, a ciência do caráter discursivo e hermenêutico próprio dos outros saberes. Os enunciados da ciência seriam proposições verdadeiras porque comprováveis empiricamente e objetivas por estarem formuladas em proposições estritamente denotativas.

Se for mostrado que as proposições científicas contêm, também, uma dimensão conotativa de sentido, elas perderiam sua pretensão de objetividade absoluta, ao menos tal e como hoje é pensada por elas. Se as proposições científicas possuísem um caráter conotativo, a pretensão de verdade da ciência deveria ser reformulada. Se as proposições científicas, embora mantenham um estatuto próprio de verdade, também contêm sentidos não demonstráveis pela própria proposição, a verdade científica – ainda que sempre preservando a peculiaridade empírica – também estaria atravessada pela dimensão metafórica da hermenêutica e deveria ser compreendida como um discurso historicamente construído.

De início, e para evitar relativismos estéreis, convém afirmar que a verdade científica certamente possui uma especificidade própria que diferencia dos outros tipos de verdade: literária, estética, ética, religiosa, etc. Essa especificidade se dá pela ênfase denotativa dos sentidos que ela constrói, os quais se confirmam ou não como verdadeiros pelos critérios de verificação por ela propostos.

A questão que nos propomos elucidar não é negar uma objetividade à verdade científica, senão saber se, além dessa objetividade, ela não possui também um certo caráter conotativo e conseqüentemente hermenêutico nas verdades que produz. O objetivo não é negar a validade da verdade científica, mas compreender os elementos de historicidade que a constituem. Não nos propomos relativizar o discurso científico rebaixando a validade de suas verdades a meros enunciados metafóricos, mas, afirmando a validade objetiva dos critérios de verificação que ela propõe, queremos perceber que essa mesma linguagem denotativa da ciência co-existe com uma dimensão conotativa de sentidos que transcendem a empiria das proposições científicas. É precisamente nesse campo hermenêutico da transcendência do sentido que os discursos científico e ético encontram as condições de possibilidade para estabelecer um diálogo fecundo.

A linguagem científica possui um estatuto próprio, uma importância indiscutível que deve ser aplaudida e desenvolvida, embora ela deva reconhecer os

⁹ POPPER, Karl. *La lógica de la investigación científica*. Madrid: Tecnos, 1980.

limites de sua própria verdade. Não se pode negar a função denotativa da linguagem, sob pena de cair no ceticismo diluente (como é o caso clássico de Górgias de Leontinos) que deixa as palavras como único território próprio para a ação humana e fazer da retórica um instrumento de persuasão que deveria substituir a ciência. No entanto, as potencialidades da linguagem, inclusive a linguagem científica, superam a mera função denotativa. As formas possíveis da verdade transcendem todos os limites que pretendem encurralar a linguagem em um mero sentido formalista. A linguagem, enquanto proto-significação social, transborda todos os reducionismos analíticos assim como também questiona os metaforismos alucinatórios. Ela é uma criação sócio-histórica, produto do imaginário pessoal e social. Tudo o que o ser humano e a sociedade fazem, pensam, criam ou produzem, realizam-no através da linguagem e na forma de linguagem. Para o ser humano e a sociedade, não existe possibilidade de criar, de pensar nem de existir a não ser através da linguagem. Ela constitui o modo de ser da pessoa e da sociedade.

A ciência está emoldurada num sentido de mundo que é construído pela conotação dos sentidos lingüísticos que ela usa. O objeto observado não é independente do observador. No início de seu trabalho, quando o cientista define seu objeto de estudo, no próprio ato da definição já existe uma interferência cultural de sentido que direciona a compreensão daquilo que ele analisa. Na outra ponta, ao expressar os resultados da observação ou da análise, tem que se fazer em signos carregados de sentidos e através de sentidos que transcendem qualquer forma significativa. A linguagem denotativa tem o poder de enunciar verdades com maior precisão, porém ela não pode reduzir o sentido ao signo nem a verdade à comprovação empírica.

O sentido sempre transcende o signo da proposição denotativa. Em primeiro lugar, há sempre um sentido que é prévio ao signo e por isso o constitui como signo com um sentido já dado. Uma proposição científica tem sentido não só porque pode comprovar o que ela afirma, senão porque, previamente, aquilo que ela diz está inserido num horizonte de sentido que precede a verdade que ela formula.

Em segundo lugar, também o sentido é maior do que aquilo que os signos das proposições denotativas pretendem impor como verdade. O sentido de uma proposição sempre evoca outras possibilidades de sentido. O caráter denotativo da proposição científica tem a virtude de conferir uma certa objetividade às verdades formuladas, porém não tem o poder de encerrar todas as compreensões possíveis de sentido dentro de uma proposição. O sentido extrapola a formalidade da proposição, embora existem proposições onde prevalece uma certa dimensão denotativa, ela não pode impedir que novos sentidos e interpretações possam ser dados para uma mesma proposição. Tampouco o sentido denotativo pode impedir que uma proposição científica suscite variadas compreensões ou intuições.

Os significados são uma criação hermenêutica das pessoas e das sociedades e não podem ser inferidos da mera objetividade do mundo nem podem se limitar à simples comprovação empírica. As próprias pesquisas científicas e os resultados de suas investigações dependem, em grande parte, da perspectiva hermenêutica com que se realiza a compreensão do objeto de investigação. As conclusões cien-

tíficas não se observam de modo empírico, mas se criam de forma imaginativa pela interpretação criativa dos fatos.

Um dos muitos exemplos, no mundo da ciência, que corroboram o que afirmamos são as investigações realizadas pelo prêmio Nobel Ramón y Cajal, que conduziram ao descobrimento dos neurônios e das estruturas do sistema nervoso. Essas estruturas e imagens foram vistas e observadas por muitos outros cientistas durante décadas, mas ninguém tinha realizado uma *interpretação* como a que fez Ramón y Cajal. Ele não viu algo que ninguém tivesse visto antes, mas interpretou de modo diferente aquilo que muitos outros já tinham observado no microscópio.

A linguagem científica não possui uma mera função denotativa que conduz à verdade objetiva do mundo; ela tem, também, uma dimensão conotativa que produz uma multiplicidade indefinida de sentidos para cada coisa ou circunstância. As funções denotativa e conotativa não se dão de forma isolada ou dual. Elas se implicam de modo dialético no processo de constituição da linguagem. Não existe uma linguagem meramente denotativa, pois toda comprovação objetiva contém, de maneira inerente, uma interpretação do mundo: "A redução completa do discurso ao formal não parece realizável."¹⁰

Mas também não é possível pensar uma linguagem puramente conotativa – a não ser como patologia –, pois toda conotação de sentido deve ter uma base empírica no objeto ou nos fatos que possibilitam e justificam racionalmente a criação desse sentido. A mera linguagem conotativa, sem referência à realidade do mundo, nos conduz à afirmação de Beckett no seu teatro do absurdo: "O que é que você quer, meu senhor? Existem só palavras. Não há outra coisa."¹¹

É neste frágil terreno da construção da verdade da linguagem científica que podemos afirmar a validade do caráter denotativo e objetivo de suas proposições e, ao mesmo tempo, confirmar que essas proposições também contêm uma dimensão conotativa que colocam a ciência no terreno do discurso e conseqüentemente no campo da relação histórica. É no campo da historicidade que podemos pensar um diálogo entre as verdades e os discursos da ciência e da ética. Se não penetrarmos no terreno da historicidade da verdade, deslizaremos para o dogma ou o fanatismo. As verdades científicas que não reconhecem uma certa dimensão histórico-hermenêutica, produzem conclusões dogmáticas e práticas autoritárias. E vice-versa, as verdades éticas que não aceitam sua condição histórica, dificilmente poderão dialogar com as novidades que a ciência propõe. Uma ética ancorada em verdades formais, imutáveis e pré-definidas escorrega facilmente para o fanatismo ou sectarismo. Porém estas afirmações demandam mais reflexão ao respeito.

¹⁰ DURAND, Gilbert. *Linguistique et métalangages. Eranos Jahrbuch*. v. 39, p. 380, 1970.

¹¹ ESSLIN, M. *Théâtre de l'absurde*. Paris, 1963, p. 81.

2 Ciência e ética, disputas entre verdades

A presença do método experimental nos faz acreditar que já dispomos dos meios para nos livrar dos problemas que nos inquietam; quando na verdade problemas e métodos passam ao longo sem se encontrar.¹²

A naturalização da verdade científica parece lhe outorgar um *estatus* de objetividade superior aos outros tipos de verdade. Na prática, nas sociedades modernas, a verdade científica se apresenta como padrão de verdade e critério de discernimento de qualquer outro tipo de verdade. A verdade científica seria, valha a redundância, a mais verdadeira. Ela serviria de critério para julgar a validade ou não dos outros tipos de verdade. Estritamente falando, a verdade científica só aceita um tipo de verdade: a *científica*. Ou seja, aquela que passou pelos critérios de verificabilidade objetiva (ciência) e de utilidade prática (técnica).

Conforme os critérios mais comuns sobre a verdade científica, pode ser considerado como verdadeiro aquilo que se conforma com os critérios de comprovação empírica ou de verificação prática estabelecidos pelo próprio discurso científico. Com isso parece que estamos envolvidos numa espécie de circularidade da verdade científica.

A ética, por sua vez, constrói seu modelo de verdade vinculado ao bem. Ética e bondade parecem ser sinônimos de um tipo de verdade. A ética costuma exibir o bem como a garantia última de sua verdade. O ético é verdadeiro porque é bom. Com base nesse princípio ético de verdade, o bem passa a ser exigido como critério de validação de qualquer outra verdade. Desta forma, a ética e o bem que ela constrói, se auto-intitulam como critérios julgadores da verdade. O verdadeiro tem que ser bom porque só o bem merece a validação da verdade. Outra vez nos encontramos numa outra espécie de circularidade da verdade ética, aquela que define que a verdade é correlativa ao bem ético e o bem é aquilo que o discurso ético define como bom.

A relação entre ciência e ética é harmoniosa quando existe uma concordância entre as pretensões de verdade empírica da ciência e aquilo que socialmente se entende como eticamente bom. O conflito se instaura quando há discordância entre as pretensões de verdade da ciência e as da ética. Quando as verdades construídas pela ciência são julgadas como boas pela ética, ambos discursos se entrelaçam para legitimar uma mesma prática e seu tipo de verdade. Por exemplo, quando a ciência desenvolve os estudos de genoma humano ou de células tronco para a prevenção e cura de doenças, certamente que essa verdade científica será subscreta pela ética como uma verdade boa e conseqüentemente válida eticamente. O conflito entre ética e ciência começa quando cientistas afirmam a possibilidade de clonar seres humanos, o uso de embriões para extrair as células tronco, a clonagem de embriões para desenvolver órgãos para transplante humano, o uso do DNA para os futuros pais poderem programar o filho que querem, o uso das informações do DNA para criar padrões de controle dos indivíduos em todas as facetas

¹² WITTGENSTEIN, Ludwig. *Investigaciones filosóficas*. Barcelona: Altaya, 1999, p.527.

da vida, etc. Estes breves exemplos traçam um esboço do poder da ciência sobre a vida, ou que introduz a ciência (e seus efeitos de poder) no campo da biopolítica.

3 O *Ethos* e a *Veritas* da ciência

Mas quantos gêneros de orações há? Por acaso, asserção, pergunta e ordem? – Há inúmeros gêneros: inúmeros gêneros diferentes de emprego de tudo o que chamamos “signos”, “palavras”, “orações”. E esta multiplicidade não é algo já fixado, dado de uma vez por todas, senão que novos tipos de linguagem, novos jogos de linguagem, como podemos dizer, nascem e outros envelhecem e se esquecem. (Uma figura próxima disso pode ser dada pelas mudanças da matemática).¹³

A ciência moderna considera suas verdades como algo objetivo, um *descobrimento* da natureza oculta das coisas expresso na objetividade de um tipo de linguagem denotativa. A verdade científica se sente incômoda com as pretensões que a verdade ética tem de interferir nas suas conclusões e nos seus métodos. Essa relação desconfortável costuma derivar num conflito discursivo explícito (que sempre é um conflito de poder) em que a ciência acusa a ética de impedir o progresso de suas verdades por estar ancorada em preconceitos metafísicos ou religiosos. Porém, se objetividade da ciência fosse tão evidente, deveria ter a resposta a uma questão simples mas demolidora: qual a relação que existe entre $E=mc^2$ e os mortos da bomba atômica lançada em Hiroshima? Por acaso a verdade científica não tem nada a ver como o mortos de Hiroshima? Nesse caso, que tipo de verdade é essa que se exime dos efeitos de poder que provoca e ainda não tem critérios próprios para definir o uso correto ou não daquilo que ela produz? Temos aqui, pois, desenhado um primeiro limite da verdade da ciência e um campo de poder para a verdade ética.

A ciência tende a negar sua dimensão discursiva porque, se ela aceitasse sua condição discursiva, situaria a produção de suas verdades no terreno da historicidade e, conseqüentemente, elas ficariam expostas à relatividade dos pressupostos que as construíram. Porém, contrariando todos os pressupostos analíticos ou naturalistas, não é possível pensar a ciência moderna sem categorias-símbolos, como por exemplo a de progresso, a de natureza, o uso de uma linguagem, a formulação de uma técnica, a criação de um tipo verdade, etc. Elas constituem, de alguma forma, o *ethos* da *veritas* da ciência moderna.

A ciência moderna nasceu com a preocupação cartesiana, obsessiva, de construir verdades *claras* e *distintas*. Verdades que seriam por si mesmas incontrovertíveis. Elas representariam a verdade natural ou a natureza da verdade. A ciência moderna tem a pretensão de descobrir as verdades ocultas da natureza, apresentá-las em juízos denotativos objetivos e, no último estágio, procura transformar essas verdades em utilidade técnica.

¹³ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Investigaciones filosóficas*. Madrid: Altaya, 1999, p. 39.

Contudo, a verdade científica está emoldurada entre dois espaços que a constituem sem que ela tenha o poder prévio de constituí-los. Num primeiro momento, a verdade científica se constrói a partir de um marco discursivo prévio, já que surge dentro de um contexto cultural, ainda que esse marco discursivo seja científico. Segundo, qualquer resultado científico é expresso em forma de teoria, e a teoria sempre é uma forma de construção discursiva.

Se pensarmos o modelo de ciência moderno, temos que detectar alguns elementos genealógicos que a constituíram, só assim poderemos compreender a dimensão da historicidade que a constitui. Hans George Gadamer, no seu segundo tomo de *Verdade e Método*, faz uma reflexão muito oportuna a respeito do marco discursivo da ciência moderna¹⁴. A modo de exemplo, é conveniente lembrar que a lógica grega definia a verdade como *adaequatio intellectus ad rem*. A “coisa” era percebida como uma realidade objetiva e o conhecimento um processo metódico que possibilitava ao intelecto atingir a verdade objetiva do real. Aristóteles definiu como juízo verdadeiro aquele que deixava reunido aquilo que na coisa estava reunido, e juízo falso aquele que reúne no discurso aquilo que na coisa não está reunido. Para os gregos a verdadeira ciência natural era a matemática porque continha o modelo de representação ideal da essência das coisas. A matemática era o ponto de certeza máxima do qual se poderiam deduzir as verdades naturais das coisas.

Para a ciência moderna, a matemática também continua tendo um lugar relevante, porém a compreensão hermenêutica da importância da matemática sofreu um deslocamento de sentido. Para a ciência moderna, a matemática não é importante porque mostra modelos ideais de como se organiza a realidade nem porque apresenta a essência oculta das coisas. A matemática é importante enquanto método para poder conseguir um conhecimento mais perfeito das coisas. Deste modo, o paradigma matemático passou a ser usado, pela ciência moderna, num sentido muito diferente daquele que era usado pela ciência grega. Para o olho superficial, a ciência é uma só com estágios diferentes de progresso. Desde uma compreensão genealógica, há rupturas hermenêuticas que são indícios da historicidade que emoldura a verdade científica. “A figura moderna da ciência estabelece uma ruptura decisiva com as figuras de saber do ocidente grego e cristão. O que prevalece agora é a idéia de método.”¹⁵

Gadamer indica que a ruptura da ciência moderna com respeito da ciência clássica é precisamente sua derivação da verdade para o método. A ciência moderna definiu que a sua verdade está vinculada ao caminho usado para conseguí-la, ou seja, ao *methodos*. Conseqüentemente, a partir da modernidade, o critério que passa a valer para a verdade é o método, especificamente a verificabilidade. O método da verificabilidade é que define o que é verdadeiro e estabelece a diferença entre as verdades que podem ser consideradas válidas porque são verificáveis e as verdades que não podem exigir validade porque não podem ser verificadas.

¹⁴ GADAMER, Hans-Georg. *Verdad y método II*. Salamanca: Sígueme, 1994, p. 51-62.

¹⁵ *Ibid.*, p. 55.

Por isso o autêntico ethos da ciência moderna é, desde que Descartes formulara a clássica regra de incerteza, que ela só admite como satisfação das condições de verdade o que satisfaz o ideal de certeza.¹⁶

O deslocamento hermenêutico do sentido da matemática e do método para a ciência, é um mero indício de outras muitas rupturas e criações de sentido que emolduram a produção de verdades da ciência moderna. Isso lhes confere uma historicidade relativa aos pressupostos que as constituíram.

I

A expressão “jogo de linguagem” deve pôr em relevo aqui que falar a linguagem forma parte de uma atividade ou de uma forma de vida. [...]

É interessante comparar a multiplicidade de ferramentas da linguagem e de seus modos de emprego, a multiplicidade de gêneros de palavras e orações com o que os lógicos têm afirmado sobre a estrutura da linguagem. (Incluindo o autor do *Tractatus Logico-philosophicus*.¹⁷

Uma segunda moldura que perfaz os pressupostos epistemológicos da ciência moderna e que articula sua dimensão discursivo-hermenêutica, é a sua necessidade de teorizar as verdades por ela propostas. A ciência moderna provocou várias rupturas epistemológicas para se alçar como verdade histórica com pretensões de objetividade. Uma dessas rupturas diz respeito ao sentido da teoria. A teoria parece ser um elemento constitutivo da ciência. As proposições denotativas se articulam como linguagem na forma de teoria. A teoria científica, supostamente, deve conservar o caráter objetivo próprio das proposições denotativas conferindo ao conjunto da explicação teórica uma validade objetiva naquilo que se afirma. Porém a ciência moderna, ao construir uma teoria com pretensões de objetividade, operou algumas rupturas epistemológicas que são mais um indício do caráter histórico do próprio pensamento científico.

Etimologicamente o termo teoria advém do termo grego *theoros* que era o nome dado ao representante que as cidades gregas enviavam para os jogos. O sentido grego da teoria é correlativo à contemplação, através da linguagem, das essências e, conseqüentemente, da verdade. Na contemplação do cosmos através da teoria, o filósofo compreende em seu interior a natureza, se assimila a ela, e desta forma atinge o conhecimento da verdade natural. A teoria é uma atitude contemplativa pela qual se atinge a verdade natural do cosmos. Porém, para os pensadores gregos, a contemplação e o conhecimento da verdade natural que a teoria possibilita só tem sentido se ela provoca uma mudança na vida da pessoa. A compreensão da verdade do cosmos tem uma incidência prática no modo de agir, no modo como dirige sua vida, suas atitudes, etc. Conseqüentemente a teoria é uma compreensão da verdade que provoca um *ethos* acorde com a verdade conhecida. Conhecimento e ética se encontravam estreitamente vinculados. Ver-

¹⁶ Ibid., p. 54.

¹⁷ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Investigaciones filosóficas*. Madrid: Altaya, 1999, p. 41.

dade e vida, saber e atitudes eram correlativos. Daí que o conflito moderno entre ciência e ética fosse algo estranho ou incompreensível para o mundo grego. Temos aqui registrada uma ruptura de sentido entre o sentido da teoria para a ciência na Grécia e na modernidade.

Uma outra ruptura epistemológica do conceito moderno de teoria com respeito à ciência da Grécia antiga, foi a dissociação que a modernidade operou entre as verdades da ciência e as da ética. Para tanto, usou como argumento o princípio de que a verdade científica é superior e não pode se submeter aos critérios da verdade ética. Esse conflito não é gratuito, ele se forjou historicamente nas disputas de poder entre o discurso religioso e a ciência. A hegemonia social do discurso religioso impôs durante séculos o princípio de que a verdade revelada era superior às verdades da razão, quando entre elas existia conflito. As verdades da ciência conquistaram seu espaço no meio de incompreensões, condenações e fogueiras, talvez seja por isso que ela mantém uma desconfiança histórica das verdades não científicas. Porém é essa historicidade inerente ao discurso científico que lhe impossibilita impor-se como a única forma de verdade válida, negando qualquer pretensão de verdade a outros discursos que não compartilham os critérios de verdade estabelecidos pela ciência.

As ciências têm retido uma coisa da filosofia: a ilusão da teoria pura. Esta ilusão não determina a práxis da investigação científica, mas só a compreensão que as ciências tem de si.¹⁸

O conceito de teoria da ciência moderna insere a ciência no terreno da interpretação discursiva. Isso não invalida o caráter singular das verdades científicas, porém as abre para uma outra compreensão possível dos sentidos por elas enunciados. As proposições científicas não se limitam a enunciar dados, elas articulam os dados na forma de teoria pretendendo, desse modo, construir uma compreensão global dos fenômenos. A teoria não deixa de ser uma forma de discurso, e a teoria científica, ainda que mantenha a particularidade de enunciar fatos verificáveis, não pode fugir das condições hermenêuticas do discurso. Qualquer teoria se formula através de um discurso que por sua vez expressa um sentido para uma realidade. O sentido da teoria não se encontra na realidade como um dado natural; o sentido é uma construção significativa que o cientista faz. Não é possível fazer ciência sem construir teoria, e não é possível a teoria sem a dimensão hermenêutica dos sentidos nela formulados. Em palavras de Cornelius Castoriadis: "A ciência comporta a incerteza em seu centro assim que ultrapassa a manipulação empírico-computacional ou a simples descrição e assim que quer ser teoria."¹⁹

Thomas Kuhn, em sua obra *A estrutura das revoluções científicas*, já mostrou amplamente que as verdades científicas contêm uma certa dimensão histórica. As sucessivas rupturas de paradigmas não constituem uma forma acumulativa de

¹⁸ HABERMAS, Jürgen. *Ciência y técnica como ideología*. Madrid: Technos, 1984, p. 177.

¹⁹ CASTORIADIS, Cornelius. *Ciência moderna e interrogação filosófica*. In: Id. *As encruzilhadas do labirinto I*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 163.

progresso. O progresso não é uma categoria científica, mas uma metáfora teleológica. O que nos parece pertinente sublinhar é que as sucessivas rupturas de paradigmas científicos, assinaladas por Kuhn, refletem uma historicidade da ciência que a insere no terreno do discurso. “os manuais começam truncando a compreensão do cientista a respeito da história de sua própria disciplina e em seguida fornecem um substituto para aquilo que eliminaram. É característica dos manuais científicos conterem apenas um pouco de história...”²⁰ Nossa tese é que, precisamente porque a ciência possui uma historicidade e a sua verdade uma dimensão conotativa do sentido, por esses motivos, a verdade científica não pode se impor de forma absoluta (e autoritária) sobre as outras verdades. É essa condição hermenêutico-histórica da verdade científica que possibilita a sua abertura para o diálogo com outro tipo de verdades. As verdades da ciência e da ética só podem dialogar porque, devido a sua condição histórico-hermenêutica, nenhuma delas pode se impor de forma absoluta como uma verdade superior. É no terreno da historicidade e na transcendência dos sentidos que as verdades da ciência e da ética podem (e devem) travar seus diálogos e suas disputas.

4 Conclusões

As reflexões anteriores nos levam a uma série de conclusões preliminares.

I) Em primeiro lugar, se faz necessário afirmar o estatuto próprio da verdade científica. A verdade científica, pelos critérios próprios de verificação que ela possui, constrói um tipo de verdade singular, com um alto grau de objetividade e com grande capacidade de utilidade tecnológica. O estatuto próprio da verdade científica confere a suas teorias uma entidade específica que não pode ser equiparada a um discurso literário ou diluída no hipertexto dos variados discursos metafóricos. Os critérios de comprovação empírica conferem à verdade científica o poder de elaborar proposições altamente denotativas, as quais possibilitam a construção de uma teoria com grande objetividade. A verdade científica contém, também, o poder de interferir nos processos da natureza e nos objetos de forma muito mais prática que outro tipo de verdades.

II) Uma vez afirmada a singularidade da verdade científica, assim como a grande importância de sua construção teórica, temos que despojar a essa verdade de qualquer pretensão absolutista. Ela representa uma forma de verdade, mas não a única verdade válida. A validade da verdade científica, confirmada pelos critérios de verificação empírica por ela desenvolvidos, não é excludente nem restritiva. Os critérios de validação da verdade científica são válidos no campo definido por essa verdade, porém são insuficientes para definir outro tipo de verdades. Entre elas a verdade ética.

III) A afirmação anterior se sustenta no fato de que a verdade científica se constrói, necessariamente, dentro de um discurso com dimensões hermenêuticas,

²⁰ KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1987, p. 175.

o qual confere rasgos de historicidade a seu método e a muitas das conclusões da ciência.

IV) Contrariando relativistas e dogmáticos, entendemos que os elementos históricos da ciência e sua matriz hermenêutica não são dimensões pejorativas da verdade científica; elas não negam ou invalidam seu estatuto e sua importância, nem reduz a teoria científica a um mero discurso metafórico. Pelo contrário, destacamos que a historicidade da verdade científica e a dimensão conotativa dos sentidos por ela produzidos abrem a ciência para o diálogo com outro tipo de verdades, especificamente com a verdade ética.

V) A historicidade da ciência não a humilha perante os outros saberes, pelo contrário a coloca numa posição de abertura, que por sua vez é a condição de possibilidade do diálogo entre a ciência e os outros saberes, especialmente entre a ciência e a ética.

VI) Os princípios hermenêutico-históricos afirmados sobre a verdade científica também se aplicam às verdades éticas.

VII) A ética não pode acreditar suas verdades como se fossem uma naturalização científica dos valores ou dos princípios. A impossibilidade de estabelecer critérios absolutos de verificação das verdades éticas desconstrói qualquer pretensão de aplicar critérios científicos a essas verdades.

VIII) A historicidade da ética e a compreensão hermenêutica de suas verdades não as situam, necessariamente, no campo do relativismo absoluto. É possível pensar critérios para a validade das verdades éticas, ainda que esses critérios não serão mais de caráter naturalista ou racionalista. Contudo temos que observar que a racionalidade sempre será um elemento constitutivo da verdade ética

IX) As verdades éticas têm como critério (histórico) de validação universal o confronto com a alteridade de vida, especialmente com a dignidade humana em todos os sentidos possíveis.

X) O diálogo entre a ciência e a ética conflui na sua relação com a alteridade da vida, muito especialmente com a vida humana. A alteridade da vida vem a constituir-se no critério de validação último tanto das verdades científicas como das éticas: *da validade ética das verdades científicas e da validade científica das verdades éticas.*